

A NATUREZA TEOLÓGICA DO DIÁLOGO: TRINDADE, PLANO DE SALVAÇÃO E IGREJA

THE THEOLOGICAL NATURE OF DIALOGUE: TRINITY, PLAN OF SALVATION AND CHURCH

Éverton Aparecido da Silva¹

Resumo: Busca-se abordar o tema do diálogo em sua natureza teológica. A tendência do mundo contemporâneo é fechar o ser humano em si mesmo, negando, assim, a sua própria natureza dialógica. Porém, o homem é um ser de relações no mundo, onde se encontra com o outro, realiza sua história e transforma a realidade a sua volta; e, um ser de relações com o transcendente que ultrapassa em larga escala a sua visão pragmática e o abre para uma realidade da qual ele se distingue, mas com a qual necessariamente se relaciona ou que deve ser compreendida. A reflexão é desenvolvida a partir de dois pontos. No primeiro, serão apresentadas considerações quanto ao sentido, à compreensão, ao fundamento e alcance do conceito diálogo na sua etimologia e inclusão na sociologia, antropologia e filosofia. No segundo, a dimensão teológica do diálogo é abordada como cerne da pesquisa. Deus dialoga com os homens, é o Deus do diálogo. A revelação de Deus carrega uma dimensão dialógica. A Trindade é a natureza dialógica de Deus, seu plano de salvação manifestou-se em Cristo e a Igreja é a continuadora do diálogo de Deus com a humanidade. Consideram-se os desafios que emergem destas implicações. Urge abertura ao diálogo em todas as suas dimensões naturais e sobrenaturais. O diálogo exige uma atitude de acolhida do outro e constitui o itinerário essencial para a compreensão da própria identidade. O diálogo de salvação é tão perfeito que passa a ser exemplo e origem transcendente de todo e qualquer outro diálogo. Introdução e considerações finais emolduram o desenvolvimento.

Palavras-chave: Teologia. Diálogo. Trindade. Salvação. Igreja.

Abstract: It seeks to address the theme of dialogue in its theological nature. The tendency of the contemporary world is to close the human being in himself, thus denying his own dialogical nature. However, man is a being of relationships in the world, where he meets the other, realizes his story and transforms the reality around him; and, a being of relations with the transcendent that goes beyond his pragmatic vision on a large scale and opens him to a reality from which he is distinguished, but with which he necessarily relates or which must be understood. The reflection is developed from two points. In the first, considerations will be presented regarding the meaning, understanding, basis and scope of the concept of dialogue in its etymology and inclusion in sociology, anthropology and philosophy. In the second, the theological dimension of the dialogue is approached as the core of the research. God dialogues with men, he is the God of dialogue. God's revelation carries a dialogical dimension. The Trinity is the dialogical nature of God, his plan of salvation was manifested in Christ and the Church is the continuator of God's dialogue with humanity. The challenges that emerge from these implications are considered. Urgent openness to dialogue in all its natural and supernatural dimensions. Dialogue requires an attitude of welcoming the other and constitutes the essential itinerary for understanding one's own identity. The dialogue of salvation is so perfect that it becomes an example and transcendent source of any and all other dialogues. Introduction and final considerations frame the development.

Key-words: Theology. Dialogue. Trinity. Salvation. Church.

¹ Mestre em Teologia pela PUC PR, Professor na FAJOPA, evertonaparecidodasilva@yahoo.com.br

Introdução

O tema do diálogo é fundamental nos dias atuais. O diálogo permite que as pessoas se conheçam e compreendam reciprocamente as suas exigências. Trata-se de um sinal de respeito porque coloca em atitude de escuta, sem ignorar as diferenças. Dialogar ajuda as pessoas a humanizar as relações e a superar as incompreensões. Percebe-se que nas famílias há muita necessidade de diálogo e ainda se pode afirmar que se resolveriam mais facilmente as questões se aprendesse a escutar mutuamente.

Não se dialoga quando não se escuta o suficiente ou tem-se a tendência de interromper o outro para demonstrar que se tem razão. Muitas vezes, não se encontra com os irmãos, embora se viva ao seu lado, sobretudo porque se faz prevalecer a sua posição sobre a do outro. O diálogo é em si, vivido nas situações do tempo presente, das diversas realidades, não naquele posicionamento de eu tenho a sabedoria total e dialogo com você, isto é doutrinação. Dialogar implica estar disposto a aprender com o outro, não a proposta de ser possuidor da verdade. No diálogo se procura o bem comum, se coloca na condição de perceber os melhores aspectos do seu interlocutor, pois o outro o interpela.

Sem o rigor de uma definição, pode-se dizer que o diálogo é a interação entre duas ou mais partes: pessoas, grupos, culturas, religiões, povos. Não é uma proposta romântica de unidade, nem um ideal abstrato para palestras motivacionais. Não é ainda qualquer proposta de interação em que um dos lados do diálogo monopoliza ou silencia as outras partes, seja por preconceito, arrogância ou incapacidade de reconhecer que outros pensam diferente de si para ampliar, refinar ou mesmo confirmar o que sabe. O diálogo se instaura quando ocorre uma atitude de abertura e escuta do outro, do diferente; quando se reconhece o outro como sujeito portador de uma liberdade e dignidade fundamental; quando se vê o outro como ele é, ele é outro, essencialmente outro o que não eu; quando se prima pelas relações pessoais.

Acima de tudo, o diálogo deve acontecer de maneira pessoal, relacional e presencial. Vive-se em uma cibercultura onde a distinção entre real e virtual não faz mais sentido. Quem faz essa distinção é porque não é um nativo da cibercultura, isto é, não nasceu já imerso nessa configuração de mundo. Entretanto, mesmo com todos os seus benefícios, a tecnologia por trás das mídias sociais não é a melhor mediação para um diálogo. A internet, as redes e mídias têm sua função clara e estabelecida indiscutivelmente. Não se trata de nenhum primitivismo tecnológico. Todavia, acreditar

que um diálogo maduro, atento e respeitoso pode ser construído apenas pela postagem de textos, curtidas, *emojis* ou gravação de vídeos beira a ingenuidade.

Não é sem motivo que a ideia de ‘rosto’ tornou-se tão fundamental para algumas reflexões éticas, em especial aquelas desencadeadas pelo filósofo francês Emmanuel Levinas (1906-1995), pois é absolutamente diferente um diálogo construído ‘olho no olho’ daquelas discussões feitas atrás da tela de um computador. E mais, é relevante afirmar que o mistério da encarnação, a presença histórica pontual de Jesus é uma das marcas distintivas da fé cristã e, por isso, precisa orientar as posturas éticas, teológicas e intelectuais. A forma como o diálogo deve acontecer é de maneira encarnada e não cibernética, uma vez que nada substitui os encontros à mesa, a disposição de ir até o outro e escutar diretamente dele o que ele pensa ou crê.

Esta realidade dialogal também deve estar presente na Igreja que, com os homens e as mulheres de todos os tempos, se faz atenta de modo a compreender as necessidades do coração de cada pessoa e contribuir para a realização do bem comum. A Igreja dialoga com o mundo porque está disposta a aprender com o mundo, um diálogo profícuo que a enriquece e edifica os cristãos.

O teólogo Elias Wolff, na introdução de seu livro *Igreja em Diálogo*, resgatando os grandes temas dos ensinamentos do papa Francisco, faz a seguinte afirmação:

dialogar é um modo de ser cristão e ser Igreja, configura a própria identidade humana e religiosa. Mais, diálogo é conteúdo da própria fé no Deus Trindade que tem natureza relacional na comunhão das pessoas divinas e que se relaciona com o mundo e com a história humana, tendo seu ápice na encarnação do Filho. Como consequência, o diálogo deve constituir a Igreja que expressa a fé no Deus comunidade e se configura como uma comunidade de diferentes. Dialogar é uma exigência *ad intra* na Igreja pela sua natureza de comunhão e participação. E é também uma exigência *ad extra* para o bom desenvolvimento da sua missão. Não dialogar é colocar em risco o ser da Igreja e a sua missão. O diálogo é mais que método da missão. Ele é, sobretudo, conteúdo do Evangelho pregado. Como diz João Paulo II, ‘diálogo é salvação’ (UUS 35) (WOLFF, 2018a).

1. Definições do Diálogo

Convém lançar à investigação qual é a significação do diálogo, seus fundamentos, formas, dimensões, alcances e desafios.

1.1 Conceito Etimológico

No Ocidente, o diálogo constitui uma aquisição fundamental legada do pensamento grego. Com base na etimologia grega do vocábulo *diálogo*, é importante ressaltar a presença de dois termos: ‘*dia*’ e ‘*logos*’. A expressão ‘*logos*’ cobre uma vasta gama de significados, mas indica em particular o dinamismo racional do ser humano, a capacidade humana de pensamento, raciocínio, discurso. O termo ‘*dia*’ expressa dupla ideia: refere ao que separa e divide, mas igualmente à ultrapassagem de um limite, através de.

O vocábulo diálogo, no *Dicionário Aurélio* (2010) da língua portuguesa, a segunda acepção do verbete, é definido como “pôr em diálogo”. O *Dicionário Houaiss* (2009), citando sua origem etimológica latina, *dialogus, i*, adaptado do grego *dialogos, ou*, delibera como fala em que há a interação entre dois ou mais indivíduos; colóquio, conversa; contato e discussão entre duas partes, por exemplo, em busca de um acordo; troca de ideias.

Outros termos referentes ao diálogo, mesmo que seus significados etimológicos e semânticos não se equivalham, são a alteridade, o respeito, a reciprocidade, mútua escuta e comunicação, paciência e reflexão, aceitação de certo risco de autonomia. O diálogo é sempre dom, pois se nutre do amor, da humildade, da confiança e da esperança. No antidiálogo há, ao contrário, relação vertical, arrogância, autossuficiência.

Para que haja um diálogo se fazem necessários, no mínimo, dois interlocutores que passam o próprio raciocínio através do discurso. A finalidade é chegar a um denominador que acomune as partes. Assim, o diálogo permite e estabelece a comunicação interpessoal, unindo os sujeitos do processo comunicativo, possibilitando falar da fé, enquanto favorece a busca do bem de cada pessoa e da sociedade como um todo.

O diálogo amplia a visão e possibilita mudança de ponto de vista, possibilita reavaliação das suposições. “Embora se desenvolva a partir de pontos de vista diferentes, o verdadeiro diálogo supõe um clima de boa vontade e compreensão recíproca” (DUROZOI, 2005). É um aprendizado progressivo, exige discernimento, articulação, opção e decisão até assumir forma expressiva de conteúdo, linguagem, conduta.

1.2 Conceito Sociológico

Dialogar significa, em primeiro lugar, colocar-se no mesmo plano, não acreditar que se é melhor que os outros. Denota ouvir o que o outro tem no coração. Tem como um dos significados abrir todos os nossos pensamentos, os afetos do coração, os apegos para poder entrar no outro, não deixando o pessoal impedir uma relação interiorizada e que desvirtua o que é a verdade do outro a ser acolhida.

O diálogo verdadeiro caracteriza-se por um sentido de colaboração e não de competição. Um dos maiores entraves para o diálogo é o sentimento de domínio sobre os outros ou a competição cega que apaga a sua singularidade única. O diálogo se faz presente nos locais onde se valoriza a construção de relacionamentos e a recusa de conflitos. Remete à busca de novos significados, está em consonância com os novos tempos.

“O ser humano é um nó de relações, não podendo ser compreendido de forma destacada do outro com o qual se comunica. O diálogo constitui, assim, uma dimensão integral de toda a vida humana” (TEIXEIRA, 2008). O diálogo efetivo é um pré-requisito absolutamente essencial para discussões produtivas. Diálogo é uma estratégia *sine qua non* para se construir um mundo mais humano.

“O diálogo é, acima de tudo, um estilo de ação, uma atitude e um espírito que guia o comportamento. Implica atenção, respeito e acolhimento para com o outro, a quem se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões, os seus valores” (SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS, 2010).

1.3 Conceito Antropológico

Uma realidade antropológica é o diálogo. A compreensão do diálogo está ligada de forma efetiva à concepção do ser humano “como pessoa, ou seja, como sujeito essencialmente relacional e conotado por uma racionalidade peculiar e ampla, capaz de agir em conformidade com a ordem objetiva da moral” (WOLFF, 2018), salienta Elias Wolff.

O diálogo é passagem obrigatória do caminho a percorrer *para a auto-realização do homem*, tanto do *indivíduo* como de *cada comunidade humana*. Embora do conceito de ‘diálogo’ pareça emergir em primeiro plano o aspecto cognoscitivo (*dia-logos*), todo

o diálogo contém em si uma dimensão global, existencial. Por isso, ele compromete o indivíduo humano na sua totalidade (JOÃO PAULO II, 1995).

Martin Buber, eminente filósofo austríaco-judíaco do século XX, entende essa relação dialógica como ponto de partida para a procura do sentido da existência humana. “O diálogo traduz sempre uma experiência humana fundamental, uma vez que o ser humano se afirma como tal na relação com um tu” (BUBER, 1977). O ser humano se realiza na relação intersubjetiva do indivíduo com o outro, efetivada pela força da palavra dialógica Eu-Tu, na atitude existencial do face a face, do encontro, seja o que acontece de essencial entre os seres humanos ou entre o homem e Deus, uma vez que “não se fala somente sobre Deus, mas também se fala com Ele” (BUBER, 2017). Deus é, pois, Aquele com o qual o homem pode estabelecer uma relação interpessoal.

O diálogo se dá entre as pessoas mutuamente, o seu sentido está neste intercâmbio, na interação, no intervalo das duas palavras. De acordo com Von Zuben,

No plano antropológico ou existencial o ‘encontro’ se dá, segundo Buber, através de dois movimentos: o distanciamento e a relação. Pelo distanciamento, o homem coloca-se face a face com o outro, reconhecendo sua alteridade como outro, independente do eu. Pela relação, acontece a presentificação do outro, em pessoa e não na mera representação (ZUBEN, 2003).

A concepção de diálogo coloca-nos sempre em relação com o outro, mas com a particularidade de abertura e aceitação do outro que é diferente de mim. Pressupõe uma semelhança e uma diferença, uma identidade e uma alteridade. O diálogo se instaura quando ocorre uma atitude de abertura e escuta do outro, do diferente; quando se reconhece o outro como sujeito portador de uma liberdade e dignidade fundamental; quando se vê o outro como ele é, ele é outro, essencialmente outro o que não eu.

1.4 Conceito Filosófico

Historicamente, a comunicação se dava na forma dialógica, numa dimensão de entendimento e de mediação de conceitos, para se ter uma unidade de fala, sobre a compreensão da aprendizagem, mas também como uma forma de fazer-se humano, e de resolver as grandes questões que se colocavam nesse momento, a saber: quem sou? de onde vim? e para onde vou? Os gregos foram os primeiros a se perguntar sobre essas questões fundamentais do ser humano, e não faltaram esforços para esclarecer o tema para sua época.

De espírito livre e sem impedimentos, os gregos consideravam-se seres humanos com possibilidade de usar da sua racionalidade para resolver essas questões centrais da vida, numa perspectiva de se considerarem semideuses e, portanto, empoderados para isso. A cultura grega, conduzida pelos mitos e suas explicações, fez com que desabrochasse um espírito dialógico muito intenso, a ponto de radicalizar a sua compreensão, ou seja, a racionalidade. Algumas figuras humanas aparecem para cristalizar essa compreensão, tais como Sócrates e sua maiêutica, Platão e o mundo das ideias e o diálogo ético de Aristóteles. Os gregos são originais em desenvolver a questão, buscando seu entendimento sobre esse assunto e permanecendo até nossos dias, na dimensão do estabelecimento das bases para pensar a dimensão dialógica, que se busca levar ao cabo por meio de uma pedagogia do diálogo.

O pensamento socrático coloca as bases primeiras para se chegar a uma compreensão em termos históricos e de fundamentos, por isso opta-se, entre os gregos, por ele. Para Sócrates, o diálogo é visto como um princípio filosófico que ajuda a entender a filosofia, não como algo abstrato, mas como algo que faz parte da vida e o faz de uma forma muito concreta, pois lida com questões essenciais da existência humana. Todos nós descobrimos, em algum momento de nossas vidas, através de questões filosóficas, questões diretamente conectadas com nossa existência.

O método socrático substitui o *logos*, a palavra pura, pelo diálogo. O *logos* atinge um conhecimento verdadeiro para um indivíduo, isolado. O que era verdadeiro para ele não podia sê-lo para outro. Já no diálogo, o conhecimento não é atingido por um único indivíduo, mas por diferentes consciências que, chegando a um acordo entre si, chegam a novos conhecimentos, e isso é construção. Podemos dizer que para Sócrates esse agir racional não está preso a opiniões particulares, mas se alcança mediante a cooperação, a solidariedade investigante de diferentes sujeitos em diferentes assuntos.

A exemplo de Sócrates, surge no século XX, um filósofo norte-americano, Matthew Lipman, que enfatiza não o ensinar filosofia, mas o fazer filosofia e ali o diálogo regido pela lógica é a essência, o coração da filosofia. O diálogo mostra que a filosofia foi pensada por pessoas em situações concretas, então não nos tira da realidade, mas nos leva a enfrentar problemas inerentes à existência, pois tem como pano de fundo a vida humana e é capaz de interrogá-la. É justamente com o diálogo que ocorre da pessoa ser indagada em relação à vida e aos demais humanos.

Quando internalizamos o diálogo, não apenas reproduzimos a expressão dos pensamentos dos outros participantes, como também argumentamos, em nossas próprias mentes, com respeito a essas opiniões. Além disso, absorvemos do diálogo que ouvimos o modo como as pessoas inferem, identificam pressuposições, exigem razões umas das outras e se envolvem em interações intelectuais críticas (LIPMAN, 1994).

Neste pensamento, o francês Emmanuel Levinas (1906-1995), filósofo da alteridade, baseia também seu axioma na relação com o outro, é no face-a-face humano que se brota todo sentido. O eu precisa se abrir para o outro, em especial para o que o outro me apresenta de diferente, que merece ser respeitado exatamente como se encontra, sem indiferença pelas suas particularidades. “O verdadeiro acesso à alteridade do outro, não é uma percepção, mas é tratá-lo por tu, isto é, falar ao outro antes mesmo de falar dele” (LEVINAS, 2014).

Há autêntico diálogo não só pela proximidade, mas principalmente pela absoluta alteridade ou transcendência do Tu diante do Eu. “É o diálogo, portanto, que implica – como fundamento o ético e, ao mesmo tempo, o caminho para a transcendência – o dizer silencioso do rosto de outros e a ideia de infinito transbordando dos limites do pensamento” (LEVINAS, 2014).

2. A Natureza Teológica do Diálogo

É, pois, neste contexto dialogal que a identidade vai ganhando fisionomia e sentido, enquanto expressão de uma busca que é incessante, árdua e criativa. É diante do rosto do outro que o sujeito se descobre responsável e lhe vem à ideia o infinito. “O diálogo se afirma quando o Deus que se cultua no íntimo do coração e nas práticas de sua própria religião começa a ser reconhecido e amado no rosto do outro e no seu jeito diferente de falar de Deus e de lhe render homenagem” (JOSAPHAT, 2003).

Não se encontra a palavra diálogo na Sagrada Escritura. O mais próximo é o verbo *dialégomai* que indica muito mais o sentido de disputa ou discussão sobre algo ou alguém (cf. Mc 9,34; At 17,2.17; 18,4.19; 19,8-9; 20,7.9; 24,12.25; Hb 12,5; Jd 1,9). Outros textos podem ser qualificados como diálogos em tom de disputa ou discursos (cf. Jó 3,1–42,6; Jo 3,1-21; 4,7-38). Como são esclarecedoras a esse respeito, as palavras do Concílio Vaticano II em seu Decreto *Unitatis Redintegratio*: “No próprio diálogo, a Sagrada

Escritura é um exímio instrumento da poderosa mão de Deus para a consecução daquela unidade que o Salvador oferece a todos os homens” (UR 21).

Deus dialoga com os homens. O Deus da Bíblia não é o Deus dos filósofos que, tronando nas alturas metafísicas, ficasse no mundo das ideias, desinteressado do mundo dos seres humanos e de sua história, feita de alegrias e esperanças, angústias e tristezas. O Deus da Bíblia é o Deus que entrou na história, o Deus de Abraão, de Isaac e Jacó (cf. Ex 3,15). A própria atitude de Deus para com a humanidade é diálogo. É o Deus do diálogo. Este Deus do diálogo é apresentado pelas páginas da Bíblia e pelas orações litúrgicas, sempre de novo, como o Deus da Misericórdia. É com este título que se designa exatamente o Deus que entrou na história tão cheia de angústias e sofrimentos.

É preciso que tenhamos sempre presente esta inefável e realíssima relação de diálogo, que Deus Pai nos propõe e estabelece conosco por meio de Cristo no Espírito Santo, para entendermos a relação que nós, isto é a Igreja, devemos procurar restabelecer e promover com a humanidade. O diálogo da salvação foi aberto espontaneamente por iniciativa divina: ‘Ele [Deus] foi o primeiro a amar-nos’ (1Jo 4,10). A nós tocará outra iniciativa, a de prolongarmos até aos homens esse diálogo, sem esperar que nos chamem. O diálogo da salvação partiu da caridade, da bondade divina: ‘Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho Unigênito’ (Jo 3,16). Nada, senão o amor fervoroso e desinteressado, deve despertar o nosso. O diálogo da salvação não se proporcionou aos méritos dos interlocutores convidados, nem aos resultados que iria conseguir ou que teriam faltado: ‘Os são não precisam de médico (Lc 5,31). Também o nosso diálogo deve ser sem limites nem cálculos (PAULO VI, 2004).

De acordo com o Secretariado para os Não-Cristãos em *Diálogo e Missão*, o diálogo é, acima de tudo, um estilo de ação, uma atitude e um espírito que guia o comportamento. Implica atenção, respeito e acolhimento para com outro, a quem se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões, os seus valores. Tal diálogo é a norma e o estilo necessários de toda a missão cristã e de cada uma das suas partes, quer se trate das simples presença e testemunho, ou do serviço, ou do próprio anúncio direto.

Uma missão que não fosse permeada pelo espírito dialogal estaria contra as exigências da verdadeira humanidade e contra as indicações do Evangelho. Cada discípulo de Cristo, por força da sua vocação humana e cristã, é chamado a viver o diálogo na sua vida cotidiana, quer se encontre em situação de maioria, quer em situação de minoria. Deve infundir o sabor evangélico em cada ambiente em que vive e atua: o ambiente familiar, social, educativo, artístico, econômico, político, etc.

O diálogo insere-se, assim, no grande dinamismo da missão eclesial (SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS, 2010).

2.1 Trindade: natureza dialógica de Deus

Deus mesmo é, por essência, infinita reciprocidade de amor. Seu amor fontal misericordioso quer comunicar-se ao mundo. Esse amor é o movimento da própria Trindade. “Deus Pai, sendo o Princípio sem princípio, de quem o Filho é gerado e o Espírito Santo procede através do Filho” (AG 2b) não vive a solidão de uma única pessoa, mas trindade de uma única substância, conforme ensina o prefácio da Missa da Santíssima Trindade:

Com vosso Filho único e o Espírito Santo, sois um só Deus e um só Senhor. Não uma única pessoa, mas três pessoas num só Deus. Tudo o que revelastes e nós cremos a respeito de vossa glória atribuímos igualmente ao Filho e ao Espírito Santo. E, proclamando que sois o Deus eterno e verdadeiro, adoramos cada uma das pessoas, na mesma natureza e igual majestade (QUINTA, 1996).

Deus é Espírito e vive a vida típica do Espírito. Assim, pensa tudo o que é pensável porque pensa a si mesmo, infinito em ato. E o seu pensamento é o Verbo, a Segunda Pessoa. Mas Deus Pai está todo no seu Verbo, que o expressa perfeitamente, e o Filho, Verbo, está totalmente no Pai, por isso o Pai e o Filho se amam infinitamente e o seu amor é essa mesma pessoa, a terceira Pessoa, o Espírito Santo.

Nesta circulação de pensamento e de amor nos foi revelada a íntima natureza de Deus. A revelação de Deus carrega uma dimensão dialógica, como se observa na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, no número 02: “Aproveu a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-Se a si mesmo e tornar conhecido o mistério de sua vontade”. E essa natureza é essencialmente dialógica. É pluralidade de pessoas numa relação de unidade substancial. É comunhão interpessoal perfeitíssima em plenitude de unidade, diálogo infinitamente perfeito *ad intra*.

Na criação, por exemplo, o Deus-Amor comunica a si mesmo. O diálogo de Deus com a humanidade, que tem início na criação, se prolonga ao longo da história da salvação. E esse prolongar-se tem momentos de crise e de constante retomada sustentada sempre pelo incansável amor comunicativo de Deus. Deus se comunicava com Adão e Eva (Gn 3, 8-9). Em Gn 2, 8-15, Deus cria um jardim onde coloca o homem para que o cultivasse e o conservasse.

Nesse espaço, lugar da revelação e da relação entre Deus e o ser humano, nasce o diálogo, a autoconsciência, a percepção de ser livre, a consciência da transgressão, do limite e da relação do homem com Alguém que não é ele mesmo, mas Deus. Ao ter consciência da transgressão cometida, o homem busca se esconder. Mas Deus Trindade sabe ir ao encontro e falar ao coração. Ao se comunicar com Adão e Eva, com palavras, revelando que conhece tudo de todos, o Criador possibilita ao homem o diálogo com Ele. Tudo o que acontece depois é consequência da escolha do homem. A perda da liberdade e as agruras para conquistar o pão de cada dia não podem ser consideradas castigo, mas sim como oportunidade de crescimento e conversão, de novamente reencontrar Deus nos desafios da vida e retomar com Ele a comunicação interrompida pelo pecado.

Pode-se então afirmar que Deus sai do seu mistério inefável e vai ao encontro do ser humano, estabelecendo com ele um diálogo de amor. Acontece na história e a história é lugar privilegiado da manifestação de Deus. A partir daí, durante todo o percurso de crescimento do Seu povo, Deus, de várias maneiras, vai falando, dialogando, se comunicando com seus filhos para salvar, para dar uma lei, para estabelecer uma aliança, para revelar seu plano de amor. Sobretudo, Deus se comunica por meio de seu filho Jesus, revelando o rosto terno e misericordioso. Ele é o maior diálogo, o ápice da comunicação entre Deus e suas criaturas.

Partindo então Jesus de volta para junto de Deus Pai, comunicou à sua Igreja o Espírito Santo, para que fosse o Defensor e o Consolador, o Espírito da Verdade que se tornaria o vínculo da comunicação entre Deus e a Igreja. O Espírito prometido e comunicado no Pentecostes faz nascer a comunidade cristã, e a impulsiona para o diálogo, o testemunho aberto e corajoso, a todos os povos em todos os tempos, transmitindo a palavra e a ação libertadora do Cristo.

2.2 Plano de Salvação: manifestação em Cristo

Deus livremente, por amor, com sabedoria e poder infinito, cria e chama o homem a participar de sua vida e alegria. Assim como o mistério de sua vida íntima, também o plano de salvação dos homens jorra da caridade de Deus Pai, que “quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,4). É a revelação, doação de Deus *ad extra*, em que se desenvolve o *mysterium*, o eterno segredo de Deus de revelar-se, dar-se aos homens em comunhão de vida (cf. Ef 1,4-14; LG 2-4; DV 2-4).

O ponto focal deste encontro entre Deus e o homem é o Verbo encarnado. Jesus de Nazaré, enviado do Pai, assumiu toda a natureza humana (AG 3). “Pois Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Pois Deus não enviou o seu Filho ao mundo para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3, 16-17). A pessoa de Cristo, a sua encarnação e todo o seu mistério é, na sua íntima profundidade, um diálogo infinitamente perfeito. O *Documento de Aparecida* no nº 29 motiva: “Conhecer a Jesus é o melhor presente que qualquer pessoa pode receber; tê-lo encontrado foi o melhor que ocorreu em nossas vidas, e fazê-lo conhecido com nossa palavra e obras é nossa alegria” (CELAM, 2007).

Porque Cristo é plenitude da revelação, doação, de Deus, o seu sim é perfeito aos homens e, ao mesmo tempo, resposta completa da humanidade (cf. LG 3, GS 22). “Sua vida é uma entrega radical de si mesmo a favor de todas as pessoas, consumada definitivamente em sua morte e ressurreição” (CELAM, 2007).

A história da salvação narra este diálogo longo e variado, a partir de Deus e a travar conversação com o homem, variada e admirável. É nesta conversação de Cristo entre os homens (cf. Br 3,38) que Deus dá a entender alguma coisa mais de si, o mistério da sua vida, admiravelmente una na essência e trina nas pessoas, e diz, em resumo, como quer ser conhecido: Ele é Amor, e como quer ser honrado e servido por nós: amor é o mandamento supremo que nos impõe. O diálogo torna-se pleno e confiado; é convite para a criança, o místico se exaure plenamente nele (PAULO VI, 2004).

O mistério pascal, no qual desemboca todo o mistério pessoal de Cristo e com o qual os crentes se comunicam por meio da fé, exige a vitória sobre tudo aquilo que é contra o diálogo, a morte de todo egoísmo individual ou coletivo, a superação de todo imobilismo. Urge abertura ao diálogo em todas as suas dimensões naturais e sobrenaturais. Somente a partir da morte e ressurreição podemos dialogar com Cristo e, Nele, com Deus e com os homens.

À revelação de Deus corresponde da parte do homem a aceitação do dom de Deus e do dom de si mesmo, isto é, a fé (DV 5). Aí está implícita a intimidade das pessoas e do ser, seja de Deus ou do homem. O resultado deste duplo movimento convergente é a comunhão de vida entre Deus e o homem, que salva o homem levando-o a uma plenitude em que transcende a si mesmo (Jo 1,2-3; DV 1). A natureza deste encontro é, portanto, verdadeiramente dialogal (GS 19).

O Espírito Santo que recebemos como fruto da morte e ressurreição de Cristo, derramado no coração dos crentes, é aquele que responde em nós ao Pai tornando possível e pleno o diálogo divino humano (Rm 8,15-27; Gl 4,6): “Mas recebereis uma força, a do Espírito Santo que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e a Samaria, e até os confins da terra” (At 1,8). É aquele que, no nosso interior, ama os irmãos no diálogo inter-humano (Rm 5,5; LG 4;UR 2ab), e conforme lê-se em *Redemptoris Missio*, nº 21: “No ápice da missão messiânica de Jesus, o Espírito Santo aparece-nos, no mistério pascal, em toda a sua subjetividade divina, como Aquele que deve continuar agora a obra salvífica, radicada no sacrifício da cruz” (JOÃO PAULO II, 1991).

Convém notar que o diálogo exige uma atitude de acolhida do outro. A razão é teológica, pois Deus fala por meio dos povos, culturas e das próprias descobertas modernas (GS 34 e 92). O mundo possui as sementes do verbo. Possui uma palavra a ser discernida, acolhida e partilhada. Por meio das diferenças dos povos, Deus revela sua presença silenciosa, sua bondade infinita e realiza seu plano de amor para toda a humanidade.

A expressão ‘sementes do Verbo’ foi cunhada por São Justino, filósofo e mártir do segundo século. O mais importante dos Padres apologistas (escritores cristãos antigos que se propunham defender a nova religião das pesadas acusações dos pagãos e dos judeus, e difundir a doutrina cristã em termos adequados à cultura do próprio tempo), nas suas obras, ilustrou antes de tudo o projeto divino da criação e da salvação que se realiza em Jesus Cristo, o *Logos*, isto é, o Verbo eterno, a Razão eterna, a Razão criadora.

Cada homem, como criatura racional, é partícipe do *Logos*, leva em si uma ‘semente’, e pode colher os indícios da verdade. Assim o mesmo *Logos*, que se revelou como figura profética aos judeus na Lei antiga, manifestou-se parcialmente, como que em ‘sementes de verdade’, também na filosofia grega. Isto significa que não há cultura nenhuma que não tenha valores e que não possa ser receptáculo do Evangelho. Em cada cultura há um pano de fundo que é válido. Sobre ele deve enxertar-se a planta nova do cristianismo, acolher a palavra que já está lá. É a tarefa da inculturação.

Inculturar, no sentido teológico, vai além da adaptação antropológica e do respeito ao outro. Permite que cada cultura exprima Deus e sua mensagem a partir dos modos de ser, de pensar e de se manifestar próprios. Nesse processo, a cultura é aperfeiçoada e o evangelho enriquecido com as novas reflexões e contribuições de cada cultura. Mário de França Miranda afirma que “não se trata de ‘inculturar’ uma doutrina ou valores do

evangelho, mas permitir que a vivência da fé de uma comunidade eclesial se realize nessa cultura” (MIRANDA, 2001). Agenor Brighenti, no afã de auxiliar na construção de uma igreja encarnada nos povos e nas culturas do continente latino-americano, “pressupõe uma nova relação Igreja-Evangelho-Cultura” (BRIGHENTI, 1998).

O diálogo verdadeiro com o outro constitui o itinerário essencial para a compreensão da própria identidade. Não há espaço para a autossuficiência no campo religioso. Para o místico Thomas Merton, a realidade do eu se afirma em maior profundidade na medida em que manifesta a capacidade de acolhida e de afirmação dos outros. Em texto de grande abertura sinalizava: “serei melhor católico, se puder afirmar a verdade que existe no catolicismo e ir ainda além” (MERTON, 1970). Os cristãos não devem omitir no trabalho de inculturação o dom de Jesus Cristo, mas o modo e a forma de apresentá-lo aos outros não pode significar um “obstáculo para o diálogo com os irmãos” (JOÃO PAULO II, 1995).

2.3 Igreja: continuadora do diálogo de Deus com a humanidade

Este diálogo de salvação, em que Deus tomou a iniciativa e que é diálogo no seu conteúdo mais íntimo e nas suas formas de expressão, é tão perfeito que passa a ser exemplo e origem transcendente de todo e qualquer outro diálogo.

Finalmente o nosso diálogo convida os Filhos da Casa de Deus, a Igreja una, santa, católica e apostólica, de que esta romana é ‘mãe e cabeça’. Quanto prazer nos trará este diálogo doméstico, em plenitude de fé, de caridade e de obras! Quão intenso e familiar o desejamos! Quanto ambicionamos que tenha conta de todas as verdades, de todas as virtudes e de todas as realidades do nosso patrimônio doutrinal e espiritual! Quão sincero e comovido o pretendemos, na sua genuína espiritualidade! Quão pronto a recolher as vozes múltiplas do mundo contemporâneo! Quão apto a transformar os católicos em homens verdadeiramente bons, prudentes, livres, serenos e fortes! (PAULO VI, 2004).

A Igreja segue o modelo de Cristo. O encontro entre Deus e o homem em Cristo é já em si mesmo um elemento constitutivo da Igreja (cf. LG 7.10). Este encontro também, se pessoal e intransferível, acontece sempre em um povo e com relação intrínseca a um povo (LG 9, AG 2). Por isso, a fé põe o homem não só em comunhão com Deus, mas com todos os que creem (1Jo 1,2-3). Esta é a relação que se estabelece entre os crentes: a fé os põe em condições de comunicar a experiência de Deus vivida. Aquilo que se

intercomunicam é, de certa maneira, Deus mesmo, de modo que enriquece, através do diálogo na fé, em cada um deles, a posse de Deus (Ef 4,11-16).

É preciso recordar que o empenho da Igreja no diálogo não depende do êxito em conseguir chegar a uma compreensão e a um enriquecimento recíprocos; nasce, antes, da iniciativa de Deus que entra em diálogo com a humanidade, e do exemplo de Jesus Cristo cuja vida, morte e ressurreição deram ao diálogo a sua última expressão (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, 1996).

Na intercomunhão trinitária consiste a natureza íntima da Igreja, pois o Espírito Santo, na sua missão trinitária, plenifica a obra do Pai e do Filho e movimenta a história para que tudo seja um com o Pai. Todas as outras realidades eclesiais devem ser expressões que permanecem a serviço desta realidade misteriosa da comunhão (LG 1). Por isso, o diálogo pertence à própria essência da Igreja, que não será autêntica se não se faz diálogo (LG 2). O diálogo é uma tarefa eclesial que está na ordem do ser. É existencial, identidade, essência e não se reduz a algumas horas do dia.

A razão fundamental do empenho da Igreja no diálogo não é meramente de natureza antropológica, mas principalmente teológica. Deus, num diálogo que dura ao longo dos tempos, ofereceu e continua a oferecer a salvação à humanidade. Para ser fiel à iniciativa divina, a Igreja deve, pois, entrar num diálogo de salvação com todos (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO, 1996).

O Espírito Santo provoca um movimento de saída da Igreja que a desinstala e exige uma permanente conversão missionária: pessoal, pastoral e estrutural (cf. DAp n^{os} 360-370). O Espírito Santo faz compreender que, como colaboradores de Deus, não se deve cuidar apenas de si mesmos. É preciso aprender do Espírito a ser despojados e descentrados. O Secretariado para os Não-Cristãos, no seu Documento *Diálogo e Missão* n^o 24, narra:

Em Deus Espírito Santo, a fé faz-nos entrever aquela força de vida, de movimento e de regeneração perene (cf. LG 4) que age na profundidade da consciência, e acompanha o caminho secreto dos corações em direção à Verdade (cf. GS 22). Espírito que atua mesmo ‘para além dos confins visíveis do Corpo Místico...’ RH 6; cf. LG 16; GS 22; AG 15); Espírito que antecipa e acompanha o caminho da Igreja, a qual, em consequência, se sente comprometida em discernir os sinais da sua presença, a segui-lo aonde quer que ele a conduza, e a servi-lo como colaboradora humilde e discreta (SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS, 2010).

Numa definição mais teológica da Igreja, a *Lumen Gentium* afirma que é sacramento universal de salvação (cf. n^{os} 9, 48 e 52), pois o desígnio de salvação do Pai centrado em Cristo pela força do Espírito tem continuidade na Igreja. “A Igreja está situada dentro de uma história de salvação mais ampla do que a própria Igreja e que abrange a história inteira da humanidade, mas a Igreja é mediação que Deus quis para a salvação” (PASSOS, 2015). Porém, a Igreja não é uma comunidade exclusiva de candidatos à salvação, pois a história da salvação acontece fora dos confins visíveis da Igreja Católica. É um sinal eficaz e mediação privilegiada, mas não excludente, uma vez que Deus quer a salvação de toda sua criação, de todo ser humano (cf. SC 5; DH 11; AG 7).

É bom ressaltar ainda a distinção entre ‘Igreja de Cristo’ e ‘Igreja Católica’ feita no número 08 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*:

Cristo, mediador único, estabelece e continuamente sustenta sobre a terra, como um todo visível, a Sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e amor, por meio da qual difunde em todos a verdade e a graça. Porém, a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino. Apresenta por esta razão uma grande analogia com o mistério do Verbo encarnado. Pois, assim como a natureza assumida serve ao Verbo divino de instrumento vivo de salvação, a Ele indissoluvelmente unido, de modo semelhante à estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, para o crescimento do corpo (cf. Ef 4,16). Esta é a única Igreja de Cristo, que no Credo confessamos ser una, santa, católica e apostólica; depois da ressurreição, o nosso Salvador entregou-a a Pedro para que a apascentasse (Jo 21,17), confiando também a ele e aos demais Apóstolos a sua difusão e governo (cf. Mt 28,18ss.), e erigindo-a para sempre em ‘coluna e fundamento da verdade’ (1Tim 3,5). Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como sociedade, é na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em união com ele, que se encontra, embora, fora da sua comunidade, se encontrem muitos elementos de santificação e de verdade, os quais, por serem dons pertencentes à Igreja de Cristo, impelem para a unidade católica.

A Igreja de Cristo está presente na Igreja Católica romana de sede romana (*subsistit in*), pode ser encontrada concretamente nessa terra na Igreja Católica (*concrete inveniri*), mas sem uma relação de identificação fechada. Não é feito uso da expressão *Ecclesia Christi est Ecclesia catholica* (a Igreja de Cristo é a Igreja Católica), até então

costumeira. Todavia a Igreja Católica não esgota a totalidade da Igreja de Cristo, não se exaure nesta concretização.

A busca da unidade está, neste sentido, na questão das tradições eclesiais existentes na Igreja de Cristo hoje e não em um modelo de instituição que procura efetivar-se como a Igreja de Cristo na história. Nas diferentes tradições eclesiais se faz presente e operante a Igreja de Cristo, pelos elementos ou bens da Igreja de Cristo que elas possuem (*elementa Ecclesiae*), como, por exemplo, a fé, o amor, a Palavra de Deus. Há ainda limitações históricas (cf. LG 8c). A Igreja de Cristo pode subsistir também em outras Igrejas. Em tais comunidades, nas igrejas não católicas, embora imperfeitamente, está presente a única Igreja de Cristo. Desta maneira, a Igreja compreende que ela não é o centro do cristianismo e da salvação, mas sim Cristo Jesus e seu Reino.

Ensina o teólogo Elias Wolff:

Esses elementos as tornam ‘meios de salvação’ pela presença e ação nelas do Espírito de Cristo e as coloca em comunhão com a Igreja Católica, não de modo pleno ainda devido uma não plenitude de todos os elementos da Igreja de Cristo em suas tradições eclesiais, o que se expressa nas divisões doutrinárias, disciplinares e estruturais entre as Igrejas e as comunidades eclesiais (PASSOS, 2015).

E continua assegurando:

Nenhuma das Igrejas atualmente existentes pode apresentar-se como única concretização histórica da Igreja de Cristo e impor-se como modelo às demais. Naturalmente, as Igrejas apresentam seus princípios e critérios eclesiológicos, apresentando-se a si mesmas como propostas de organização e concretização histórica da Igreja una e única. Mas a vigência desse modelo para todos os cristãos é o *status quaestionis* do diálogo que se estabelece entre elas (PASSOS, 2015).

É enfático, ao comentar este contexto, o teólogo Leonardo Boff:

A Igreja Católica pode pretender ser a mais plena realização da Igreja de Cristo. Mas essa pretensão não pode ser de tal ordem que impeça outras Igrejas de serem também expressões da Igreja de Cristo. Em muitos aspectos, elas podem ser até melhores como na veneração das Escrituras pelas Igrejas evangélicas ou no cultivo da liturgia solene pela Igreja ortodoxa. Mas todas elas se reconhecem e compõem a Igreja de Cristo na terra (PASSOS, 2015).

Discorrendo sobre o modo de expressar e expor a doutrina da fé, é mister ainda acrescentar que o Decreto *Unitatis Redintegratio*, nº 11, afirma que existe uma ordem das verdades da doutrina católica, tendo prioridade aquelas que estão conectadas mais

diretamente ao núcleo da fé cristã, isto porque mesmo sendo todas as doutrinas normativas, nem todas possuem o mesmo ligamento com esse núcleo.

Na comparação das doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou ‘hierarquia’ das verdades da doutrina católica, já que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diferente. Assim se abre o caminho pelo qual, mediante esta fraterna emulação, todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e a uma exposição mais clara das insondáveis riquezas de Cristo.

Ao passo que, dita Elias Wolff,

Esse ensinamento conciliar ajuda a Igreja a fazer um esforço de discernimento sobre o que é essencial ao ser cristão, porque oriundo da própria vontade de Cristo, e o que é circunstancial, histórico, como forma de se entender e viver a vontade de Cristo nos diferentes tempos e lugares. Essa forma tornou-se Tradição, e para os católicos a Tradição é também fonte de revelação. Mas o ensino da hierarquia das verdades ajuda a buscar a verdadeira Tradição para além das tradições, ‘a unidade nas coisas necessárias’, assegurando a liberdade na tradição espiritual, disciplinar e teológica de cada Igreja (cf. UR 4.15-18) (PASSOS, 2015).

Emergem, então, entre outras, duas realidades que paralisam a Igreja nesta forma de ser dialogal: a tentação de ficar no ‘centro’ e a preocupação com querer ser ‘o centro’, a tentação da autorreferencialidade. Papa Francisco adverte: “cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede” (FRANCISCO, 2013).

Admirável destacar que o termo diálogo é uma realidade importante do caminho que a Igreja Católica começou novamente a percorrer a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e que se tornou característica da missão da Igreja nos tempos contemporâneos. O próprio Papa João XXIII, convocador do referido Concílio, expressou essa ideia aos dirigentes da Ação Católica em 11 de agosto de 1959, dizendo que, no mundo que adota com frequência reuniões políticas, econômicas, científicas, para se chegar a acordos, por que não poderiam se reunir também os cristãos?

Roger Garaudy (1913-2012), um pensador marxista francês, propondo a questão sobre as possibilidades, limites e perspectivas de um diálogo entre homens que interpretam de modo diferente a história, mas se projetam com igual intensidade no esforço de fazê-la mais humana e mais justa, afirma, dirigindo-se ao Concílio, após compreender que a Igreja Católica percebeu a necessidade de reformular sua mensagem,

sob a visão aberta de João XXIII, estabelecendo assim uma nova fase na sua história: “à época do anátema, sucede a época do diálogo” (GARAUDY, 1969).

A temática do diálogo constitui uma das palavras-chave do Concílio Vaticano II. Para além das ocorrências verbais nos textos conciliares, com conotações e aplicações específicas, deve ser resgatada no espírito e no processo conciliares, como atitude fundante que encaminha pedagogicamente a busca de consenso e que conduz dialeticamente à verdade que se quer afirmar e comunicar. Será correto afirmar que o processo conciliar adotou, por força do confronto das diferenças, por persuasão da palavra e por audição da alteridade, o caminho do diálogo de modo a romper com o método clássico, visível nos demais Concílios, por meio do qual a verdade era reafirmada de modo autoritativo, exclusivista e restritivo. A própria intencionalidade do Concílio, desde à convocação da parte do Papa João XXIII, focada sempre no *aggiornamento*, até a aprovação dos Documentos finais, adota o diálogo como caminho sempre mais consciente, na medida em que a Igreja ali presente dá a si mesma o desafio de discernir e acolher o mundo moderno. E, numa circularidade virtuosa, com essa postura revê a si mesma nos termos de sua definição e missão (...) Não será muito afirmar que o Vaticano II foi uma escola que adotou o diálogo, aprendeu a dialogar e terminou por ensinar o diálogo como regra de vida para todos os cristãos, não obstante a cultura católica tão consolidada da Igreja mãe e mestra, distante e acima da história (PASSOS, 2015).

O *Dicionário do Concílio Vaticano II* recorda ainda que:

a “assunção da modernidade”, que o Vaticano II inicia, significa a ruptura com a cristandade e a “assunção da pós-cristandade”. Na passagem da cristandade para a modernidade, produziram-se novas relações entre a Igreja, o mundo e a história; relações de autonomia e de novos entrelaçamentos. Mundo e história não são excluídos do território salvífico nem da vontade salvífica universal de Deus, do qual a Igreja é um sinal visível (PASSOS, 2015).

Ao falar do diálogo da Igreja com o mundo, o Papa Paulo VI usou a expressão *colloquium salutis*. Não é um diálogo por si só, mas um diálogo que tem como fonte a verdade e procura comunicar a verdade que liberta e salva. O *colloquium salutis* exige que a Igreja seja diferente precisamente por causa do diálogo. A fonte inesgotável dessa diferença é a força do mistério pascal, que proclamamos e comunicamos. No mistério pascal, descobrimos a verdade absoluta e universal, a verdade sobre Deus e sobre a pessoa humana, que foi confiada à Igreja e que ela oferece a homens e mulheres de todos os tempos.

Na Encíclica *Ecclesiam Suam*, a primeira do pontificado de Paulo VI (06 de agosto de 1964), parágrafo 38, garante: “a Igreja deve entrar em diálogo com o mundo em que

vive. A Igreja faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio” (PAULO VI, 2004). E continua: “antes de convertermos o mundo, e precisamente para o convertermos, é necessário nos acercemos e lhe falemos” (PAULO VI, 2004). É necessário anunciar a verdade com clareza, amor e confiança, pois a verdade que proclamamos pertence a Cristo e é, de fato, a verdade a que todos anseiam, independentemente de quanto possam parecer privados de interesse ou contrários a ela. O nosso *colloquium salutis* só produzirá bons resultados se o Espírito Santo respirar através do nosso ser e se tornar a nossa voz.

O colóquio é, portanto, modo de exercer a missão apostólica, arte de comunicação espiritual. As suas características são as seguintes: 1) Primeiro que tudo, a *clareza*. O diálogo supõe e exige compreensibilidade, é transfusão do pensamento, é estímulo do exercício das faculdades superiores do homem. Bastaria este seu título para o classificar entre os mais altos fenômenos da atividade e da cultura humana; e basta, esta sua exigência inicial, para levar o nosso zelo apostólico a rever todas as formas da nossa linguagem: para examinar se ela é compreensível, popular e digna. 2) Outro caráter é a *mansidão*, aprendida na escola de Cristo, como Ele nos recomendou: ‘aprendei de mim que sou manso e humilde de coração’ (Mt 11,29). O diálogo não é orgulhoso, não é pungente, não é ofensivo. A autoridade vem-lhe da verdade que expõe, da caridade que difunde, do exemplo que propõe; não é comando, não é imposição. O diálogo é pacífico, evita os modos violentos, é paciente e é generoso. 3) Outra característica é a *confiança*, tanto na eficácia da palavra-convite, como na receptividade do interlocutor. Produz confidências e amizade, enlaça os espíritos numa adesão mútua ao Bem, que exclui qualquer interesse egoísta. 4) E o último caráter é a *prudência* pedagógica, que atende muito às condições psicológicas e morais de quem ouve (cf. Mt 7,6): se criança, se inculto, indisposto, desconfiado e mesmo hostil. Essa prudência leva a tomarmos o pulso à sensibilidade alheia e a modificarmos as nossas pessoas e modos, para não sermos desagradáveis nem incompreensíveis (PAULO VI, 2004).

Quanto ao empenho no diálogo, João Paulo II na *Redemptoris Missio* nº 57, assegura:

Todos os fiéis e comunidades cristãs são chamadas a praticar o diálogo, embora não seja no mesmo grau e forma. Para isso é indispensável o contributo dos leigos, que ‘com o exemplo da sua vida e com a própria ação podem favorecer a melhoria das relações entre os crentes das diversas religiões’ enquanto alguns deles poderão mesmo oferecer uma ajuda na pesquisa e no estudo. Sabendo que bastantes missionários e comunidades cristãs encontram, no caminho difícil e por vezes incompreendido do diálogo, a única maneira de prestar um sincero testemunho de Cristo e um generoso serviço ao homem, desejo encorajá-los a perseverar com fé e caridade, mesmo onde os seus esforços não encontrem acolhimento nem resposta. O diálogo é um caminho que conduz ao Reino e seguramente dará frutos, mesmo se os

tempos e os momentos estão reservados ao Pai (cf. At 1, 7) (JOÃO PAULO II, 1991).

E mais, por que está situada na história e é composta por homens, portanto, por seres limitados e pecadores, a Igreja, necessitada de permanente conversão e renovação, possui a salvação de Cristo, mas deve encarná-la segundo as necessidades e exigências dos homens, isto é, tem necessidade de constante adaptação e atualização. Para dialogar com a humanidade, é necessário discernir suas positivities e negatividades.

Bernhard Häring (1912-1998), teólogo católico alemão, neste contexto, assegurou: “Deus continua a manifestar-nos sua vontade nos fatores da História, todavia não separadamente, ao lado da Revelação em Cristo, mas em união com ela” (HARING, 1967). O mundo moderno levava em suas estruturas e dinâmicas elementos negativos e positivos, cabendo ao cristão discernir neles aqueles sinais reveladores da ordem querida por Deus.

E o Concílio Vaticano II assume este método: a Igreja dirige-se a toda humanidade e enfrenta o percurso da história humana inserido no plano maior de Deus, interpretando a realidade que envolve a inteligência e a fé, a compreensão e a ação. Há o empenho de um diálogo entre a fé e a realidade, entre a Igreja e a sociedade. Há algo que permanece como *regula fidei*: a escuta indissociável da fé e da história na busca da verdade.

O Documento da Conferência de Aparecida recomenda que os discípulos de Jesus façam hoje o discernimento dos sinais dos tempos, isto é, ouçam a voz de Deus nos acontecimentos do mundo de tal modo que possam responder, de maneira adaptada a cada geração, às interrogações eternas sobre os significados da vida presente e futura e de suas relações mútuas. É indispensável, por conseguinte, conhecer, com seus desafios, os apelos de Deus e os acontecimentos sócio-econômico-político-ecológico-culturais de cada momento histórico, e, entender, interpretar, discernir o mundo e suas esperanças, os acontecimentos à luz do Espírito Santo e a serviço do Reino.

“Como discípulos de Jesus Cristo, sentimo-nos desafiados a discernir os ‘sinais dos tempos’, à luz Espírito Santo, para nos colocar a serviço do Reino, anunciado por Jesus, que veio para que todos tenham vida e ‘para que a tenham em plenitude’ (Jo 10,10)” (CELAM, 2007). E no nº 366 exorta ainda a escutar com atenção e discernir ‘o que o Espírito está dizendo às Igrejas’ (Ap 2, 29), através dos sinais dos tempos em que Deus se manifesta. A Igreja não cumpre sua missão no mundo reafirmando, de maneira abstrata, princípios e valores, mas escutando a todo momento os sinais dos tempos.

Entende-se, portanto, que na medida em que é sinal desta unidade divino-humana, a Igreja será instrumento de salvação na unidade. Nesta medida em que é comunhão de fé, de vida, de caridade, é sacramento universal de salvação. De fato, a Igreja está no mundo e para o mundo, em atitude de serviço, ela não é fim em si mesma. A sua função de serviço está precisamente em ser sacramento, ser sinal, ser instrumento, e semente de unidade salvífica (LG 1.9.49). A Igreja prolonga o mistério dialogal de Cristo e os seus gestos redentores na esperança de que Cristo retorne.

Considerações Finais

A tendência do mundo contemporâneo é fechar o ser humano em si mesmo, induzindo-o ao individualismo, à busca de saídas egoístas para seus problemas, negando, assim, a sua própria natureza dialogal, de comunhão. Porém, o homem é um ser de relações. Todos necessitam uns dos outros. Ninguém vive sozinho e nem se basta a si mesmo.

Segundo a perspectiva da biologia do conhecer, trabalhada por Humberto Maturana, é na conversa que o ser humano se constitui como tal na história evolutiva. É na interação com os outros, na aceitação da singularidade dos mesmos junto a nós, no emocionar-se com eles, que brota o amor, que é fundamento do fenômeno social. “A origem antropológica do *Homo sapiens* não se deu através da competição, mas sim através da cooperação, e a cooperação só pode se dar como uma atividade espontânea através da aceitação mútua, isto é, através do amor” (MATURANA, 1997).

Pelo simples fato de existir, o ser humano estabelece um vínculo de correlação que irá caracterizar o seu próprio modo de ser. Ser de relações no mundo, onde se encontra com o outro, realiza sua história e transforma a realidade a sua volta. Ser de relações com o transcendente, com o divino, com o outro além do visível que ultrapasse em larga escala a sua visão pragmática e o abra para uma realidade da qual ele se distingue ou que está para além da realidade que lhe é imediatamente acessível, mas com a qual necessariamente se relaciona ou que deve ser compreendida.

Para o estabelecimento da verdade, o homem precisa estar enraizado na consciência da importância desta correlação, aqui denominada de diálogo, e precisa estar também enraizado na sua conjuntura, na sua realidade. Uma realidade que traz benefícios, mas também desafia, pois carrega em si a transformação das formas de pensar, sentir e agir. Uma realidade que impõe mudança de atitude. Neste sentido, o percurso aqui

trilhado, diante da necessidade de intercâmbio com o que é diferente e da crescente interação entre as diversas realidades religiosas, torna-se cada vez mais urgente a indispensável abertura para o diálogo. É importante salientar que essa pesquisa não esgota a temática e nem pretende indicar que esses dados sejam uma verdade absoluta.

Os esforços empreendidos na necessidade de entrar em contato, em diálogo com todas as expressões de fé, até com quem não crê, e suas múltiplas demonstrações culturais, por exemplo, vem crescendo. A compreensão e a colaboração levam a desenvolver modos para que esse diálogo se torne realidade em todos os lugares. O diálogo deve ser a atitude constante que rege todos os ministérios que compõem a Igreja, os ordenados e os não ordenados. O diálogo é uma virtude própria do cristianismo e se fundamenta também no Magistério da Igreja, sobretudo pós Vaticano II. A perspectiva ecumênica e do diálogo interreligioso abrem amplo espaço para que o amor de Deus, derramado em nossos corações, seja comunicado com alegria, e que todos os não cristãos possam voltar a testemunhar o como nos amamos.

Todas as formas de diálogo são expressão da grande exigência de amor de Deus, que vai ao encontro de todos e em cada um planta uma semente da sua bondade, para que possa colaborar com a sua obra criadora. O diálogo abate os muros das divisões e das incompreensões, cria pontes de comunicação e não permite que ninguém se isole, fechando-se no seu pequeno mundo. O exercício do diálogo, no modo mais amplo e profundo possível, estabelece relações com as pessoas, a sociedade, as diferentes Igrejas, as religiões e as culturas dos povos.

Para o teólogo alemão Jürgen Moltmann, o diálogo é um começo que precisa nos conduzir a ouvir e falar uns com os outros. Os teólogos cristãos devem ser capazes de dialogar, que ao contrário da indiferença, o ‘normal’ em uma sociedade multirreligiosa, faz parte o interesse, a percepção e a “vontade para a vida em comum, para a convivência” (MOLTMANN, 2004). É imperativa a dignidade para o diálogo!

Referências

- BÍBLIA DE JERUSALÉM: nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2003. 2ª Impressão.
- BRIGHENTI, A. *Por uma evangelização inculturada: princípios pedagógicos e passos metodológicos*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- BUBER, M. *Eu e tu*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- _____. *Eu e tu*. Traduzido por Newton Aquiles Von Zuben. 10ª Edição. 8ª Reimpressão. São Paulo: Centauro, 2017.

- CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 24ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1995. Edição preparada por B. Kloppenburg e F. Vier.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2007.
- DUROZOI, G. D.; ROUSSEL, A. *Dicionário de filosofia*. 5ª Edição. Campinas: Papirus, 2005.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.
- FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual*. São Paulo: Loyola, 2013. (Documentos do Magistério).
- GARAUDY, R. *Do anátema ao diálogo*. Traduzido por Maria Helena Kuhner. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.
- HÄRING, B. Vistas e perspectivas novas que a Constituição abre para o futuro. In: BARAÚNA, G. *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 623-631.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Redemptoris Missio*. 4ª Edição. São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____. *Carta Encíclica Ut Unum Sint*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- JOSAPHAT, F. C. *Evangelho e diálogo inter-religioso*. São Paulo: Loyola, 2003.
- LEVINAS, E. *Violência do rosto*. Traduzido por Fernando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2014.
- LIPMAN, M.; OSCANYAN, F.; SHARP, A. M. *Filosofia na sala de aula*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.
- MERTON, T. *Reflexões de um espectador culpado*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- MIRANDA, M; F. *Inculturação da fé: uma abordagem teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.
- MOLTMANN, J. *Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- PASSOS, J. D.; SANCHEZ, W. L. (Coord.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. 1ª Edição. São Paulo: Paulus, 2015.
- PAULO VI. *Ecclesiam suam: os caminhos da igreja*. 4ª Edição. São Paulo: Paulinas, 2004.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e anúncio*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- QUINTA, M. C.; DALBOSCO, H. *Missal cotidiano: missal da assembleia cristã*. 7ª Edição. São Paulo: Paulus, 1996.
- SECRETARIADO PARA OS NÃO-CRISTÃOS. *A igreja e as outras religiões: diálogo e missão*. 4ª Edição. São Paulo: Paulinas, 2010.
- TEIXEIRA, F.; DIAS, Z. M. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível*. Aparecida: Santuário, 2008.
- WOLFF, E. *Caminhos do ecumenismo no Brasil: história, teologia, pastoral*. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Paulinas e Paulus. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2018.
- _____. *Igreja em diálogo*. 1ª Edição. São Paulo: Paulinas, 2018a. (Coleção Teologia do Papa Francisco).
- ZUBEN, N. A. *Martin Buber: cumplicidade e diálogo*. Bauru: EDUSC, 2003.

Recebido em: 08/05/2020

Aprovado em: 21/05/2020